

2

A apropriação do discurso higienista para a promoção da segregação espacial.

Nas calçadas, envoltos em lípidos sacos plásticos, os restos de Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro. Não só tubos retorcidos de pasta de dente, lâmpadas queimadas, jornais, recipientes, materiais de embalagem, mas também aquecedores, enciclopédias, pianos, aparelhos de jantar de porcelana: mais do que pelas coisas de todos os dias são fabricadas vendidas e compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para darem lugar as novas. Tanto que se pergunta se a verdadeira paixão de Leônia é de fato, como dizem, o prazer das coisas novas e diferentes, e não o ato de expelir, de *afastar de si, expurgar uma impureza recorrente*. O certo é que os lixeiros são acolhidos como anjos e a sua tarefa de remover os restos da existência do dia anterior é circundada de um respeito silencioso, como um rito que inspira a devoção, ou talvez apenas porque, *uma vez que as coisas são jogadas fora, ninguém mais quer pensar nelas*. (Calvino, 2003, p.109) [grifo nosso]

Assim como na cidade de Leônia, a cidade do Rio de Janeiro vive uma produção recorrente e crescente de lixo e o sentimento da população em geral é afastar de si o que ela considera lixo, material inservível que não quer ao alcance de seus olhos. Mas será que sempre foi dessa forma? Como era a relação da população com o lixo no século XIX? Qual a origem do distanciamento do lixo? De que forma a idéia “de resto” foi socialmente construída? Quais as bases ideológicas que remontam a esse período?

Neste capítulo, analisaremos como o processo de expansão das idéias modernas e do modo de produção capitalista provocou profundas transformações nas formas de agir e pensar, resultando em uma reestruturação espacial. Faremos essa análise a partir do Movimento Higienista que com o apoio do Estado e da elite da cidade, expandiu os ideais modernos de ordenação, segregação e higiene.

Sendo o espaço um conceito fundamental para a ciência geográfica e para o desenvolvimento deste trabalho, queremos destacar que pensamos o espaço como um misto de relações, como um híbrido que é a proposta de Santos (2008, p.63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e de sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. Assim, o espaço será sempre uma síntese provisória entre objetos e ações, que se relacionaram de forma dialética construindo e o reconstruindo.

O espaço também não é neutro, pois está vinculado a uma prática social que possui uma intencionalidade. Dessa forma, concordamos com a hipótese de

Lefebvre (2008), que o espaço não seria nem o ponto de partida nem um ponto de chegada, mais um meio para a realização das ações ainda que se apresentem sob formas de injustiças sociais,

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo [...] Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos (Lefebvre, 2008,p.44).

Como instrumento de poder, a organização espacial se realizará de acordo com os interesses pessoais e políticos em cada momento histórico. A cada período, essa característica do espaço será utilizada para produzir uma configuração territorial que conduza às necessidades e interesses dos atores hegemônicos da época. É nesse contexto que queremos introduzir o período moderno, que corresponde a um momento histórico que reformulou o espaço urbano para que pudesse servir de base para o processo de acumulação do capital. A modernidade foi um período de grandes transformações na vida e no pensamento das pessoas, mudando por completo sua experiência com o tempo e o espaço como demonstra Berman citado por Harvey (2010, p.21):

Há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência “modernidade”. Ser moderno é encontra-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos e o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

A modernidade inaugura um movimento constante de transformação, onde novas descobertas vão sendo incorporadas à vida das pessoas, principalmente da população urbana. De acordo com Harvey (2010) o período moderno teria entrado em foco no século XVIII como um esforço dos pensadores iluministas que se baseava na busca de uma ciência objetiva, no domínio da razão e da ordem. O desenvolvimento destes princípios libertaria o homem do

domínio da religião, da superstição e do mito. Era a busca de um projeto autônomo que interferia em todos os campos da vida do homem.

No momento em que todas essas transformações estão em curso desenvolve-se uma nova realidade social-econômica que é o capitalismo. Ele provocou uma revolução nas formas de produção, do comércio e do consumo, criando uma nova “significação imaginária social”⁷ baseada no domínio da Razão. Para Castoriadis (1992, p.20) o período moderno pode ser definido por um período turbulento entre a busca da autonomia individual e a expansão ilimitada da racionalização capitalista, ambas vivendo simultaneamente sobre o teto da Razão, que na concepção capitalista:

[...] é o “entendimento” [...], isto é o que eu chamo de lógica conjuntista-identitária, encarando-se essencialmente na quantificação e conduzido à fetichização do “crescimento” por ele mesmo. Partindo do postulado escondido (e aparentemente evidente) de que o único objeto da economia é produzir mais com menos, nada deve obstruir os processo de maximização: nem a natureza física ou humana, nem a tradição, nem os valores. Tudo está convocado perante o tribunal da Razão (produtiva) e tudo deve demonstrar seu direito à existência, a partir dos critérios da expansão ilimitada do “domínio racional.

Sobre o domínio perpétuo da razão e da ciência com uma infinita ideia de produtividade, a modernidade também é marcada pela ideia de progresso que está baseada no desenvolvimento econômico e tinha como referencial a civilização ocidental. Ao se expandir pelo mundo difundindo as ideias da modernidade, o capital promoveu uma verdadeira “ocidentalização do mundo”⁸ que se desenvolveu através de uma dominação abstrata e menos contestável baseada na ciência, na técnica, na economia enfim nos valores do progresso (Latouche,1994,p. 26). A expansão do pensamento ocidental tinha como um dos objetivos civilizar os lugares e as pessoas e atrair cada vez mais consumidores e produtores.

De acordo com Rua (2007, p. 152), esse movimento transformou o Ocidente em uma máquina social incontrolável que esmagou as diferentes culturas por onde passou e, mesmo sofrendo algumas resistências, foi apresentado como o melhor e levado a um processo de universalização, assim a

⁷ Termo cunhado por Castoriadis (1987, p.149) para explicar as transformações causadas pela ascensão do racionalismo ocidental, a significação imaginária social “corresponde a novas atitudes, valores e norma, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta”.

⁸ Expressão utilizada por Ianni (1993,p. 69) para designar a os novos padrões e valores socioculturais, modos de vida e de trabalho que se desenvolve a partir da Ocidentalização.

modernização virou sinônimo de ocidentalização que conduziria ao desenvolvimento⁹ e ao progresso.

As noções de progresso e civilização estão relacionadas à questão da ciência. A atividade científica se expandiu durante o século XIX incorporando cada vez mais áreas do conhecimento e se apresentava em termos práticos no cotidiano das pessoas através das inovações técnicas, “a técnica foi um instrumento poderoso na colonização dos corpos e dos espíritos” (Latouche, 1994, p.27). A expansão de uma nova racionalidade e o rápido desenvolvimento técnico levou as sociedades a uma nova experiência com o tempo que se tornou mais acelerado. Os trabalhadores foram obrigados a se adaptar a processos de trabalhos muito mais velozes e dessa forma perderam a dimensão de sua própria vida, como se seu tempo não lhe pertencesse mais porque é organizado por ações que fogem a seu controle. Esta nova relação com o tempo levou a outra percepção da natureza e ao desprezo pelos ritmos biológicos de desenvolvimento que passaram a ser degradado.

O desenvolvimento técnico modificou a forma e o meio do homem interferir na natureza e satisfazer as suas necessidades transformando-a em mero recurso. Muda a relação e a forma de exploração, mas a natureza continua a ser item indispensável para o processo de acumulação de capital. Esse novo ritmo técnico desenvolveu nas sociedades a crença de que através da técnica o homem teria condições de resolver qualquer problema de escassez de recursos naturais.

O desenvolvimento técnico alcançado durante o período moderno foi tão grande que, cada vez mais, é impossível para o homem distinguir o que é obra da natureza e o que é obra do homem: “Cria-se uma configuração territorial, que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (Santos, 2008, p.62). Esta realidade indissociável o levou a concluir que vivemos em uma realidade mista, um híbrido entre sociedade e natureza, propondo que o espaço seja analisado como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações, onde todos os objetos naturais,

⁹ De acordo com Castoriadis (1987) o termo ‘desenvolvimento’ começou a ser empregado quando tornou-se evidente que o ‘progresso’ não era virtualidade intrínseca a todas as sociedades. Dessa forma, criaram uma divisão mundial entre sociedades desenvolvidas, aquelas que conseguiam manter um crescimento autossustentado e as sociedades menos desenvolvidas que não conseguiam manter um padrão de crescimento porque ainda tinham muitos obstáculos. Assim, o Ocidente foi concebido como modelo para o mundo todo e o objetivo era conduzir as sociedades menos desenvolvidas a um crescimento indefinido.

assim como todos os objetos construídos sejam analisados de forma conjunta a partir do processo histórico da ação humana.

Sistema de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, 2008, p.63).

Essa atmosfera constante de transformação material e espiritual se desenvolveu principalmente no ambiente urbano das cidades capitalistas exigindo outra urbanidade. A nova maneira de pensar interferiu na organização socioespacial das cidades para fazer frente às novas exigências capitalistas, pois como realização e instrumento político, o espaço é um sistema de valores que está sempre se modificando:

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (Santos, 2008, p.104)

A construção de cidades modernas ocorreu após o esquadramento de todo o espaço urbano pelo processo que Nietzsche denominou de destruição criativa ou criação destrutiva (Harvey, 2010, p.26). A chegada do novo, de objetos modernos passava pela destruição das formas pretéritas gerando diferentes e novos fluxos. Dessa forma, as cidades foram completamente transformadas, fragmentadas e os diferentes espaços revalorizados. Na cidade do Rio de Janeiro a nova ordem social redefiniu o enquadramento social e associou o processo de modernização ao par 'beleza e saneamento', discursos que privilegiavam a questão da higiene. A preocupação com a limpeza e a beleza da cidade trazia novos conteúdos aos valores que deveriam ser reproduzidos pela sociedade. De acordo com Cavalcante (1985), foram estabelecidas polaridades que demonstravam o pensamento da nova ordem e os problemas que deveriam ser superados. O tradicional representava o sujo, o feio, a doença e a morte que significavam toda a desordem da cidade. Em contraposição, o moderno representava o progresso, o limpo, o belo, a saúde e a vida, que poderiam ser resumidos à ordem. A nova ideologia foi acompanhada de um novo arranjo espacial baseados em padrões arquitetônicos de limpeza, beleza e civilidade.

A cidade do Rio de Janeiro até o final do século XIX era considerada uma verdadeira desordem. A falta de transportes coletivos para fora dos limites das freguesias urbanas e a sua geografia faziam com que as atividades comerciais,

industriais e toda a população (ricos e pobres, escravos e homens livres) ocupassem o mesmo espaço. Não havia asseio por parte da população e a cidade era constantemente atingida por surtos epidêmicos de febre amarela, cólera e tifo. Essa situação tornava-se ainda pior com o aumento do número de população e funcionava como um entrave para a realização de transações comerciais e o desenvolvimento do mercado interno. O Rio de Janeiro precisava entrar em uma nova era como afirma Marins (1998, p.133):

[...] urgia “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte. As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias como Paris, Londres, Viena, e São Petersburgo, a Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais.

Diante de todos esses problemas, era necessária a criação de um dispositivo que pudesse organizar o urbano de acordo com a nova ordem que se instaurava. Era preciso não só criar uma cidade moderna, mas um mecanismo que pudesse manter viva essa ideologia. Essa é a relação que estabelecemos entre esse movimento mais geral de mudanças e a questão da higiene: “Cuidar da saúde do corpo social significava assim preservar a reprodução. Ter vitalidade significaria então ter longevidade. Seu contrário seria então representado como a morte e conseqüentemente a improdutividade” (Cavalcante, 1985, p.98).

A força ideológica capaz de impulsionar essas transformações foi o Higienismo¹⁰. Essa corrente de pensamento tem origem no pensamento de Hipócrates¹¹ e será retomada durante a Revolução Industrial na Europa. Nesse período, inúmeras epidemias assolavam a população, e os médicos às associavam as condições do meio e as mais diferentes doenças, principalmente as endêmicas e infecciosas. As geografias e topografias médicas representam bem o pensamento higienista. Abreu (1996, p.162), a partir da análise dos trabalhos de Urteaga e Foucault nos lembra de que esse movimento estava inserido em uma política que se integrava, na realidade, a uma gestão política e econômica direcionada à racionalização da sociedade.

¹⁰ “ Higiene é uma área do conhecimento da Biologia que tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde, descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva.” (Junior, 2002, p. 48)

¹¹ Hipócrates o chamado pai da Medicina foi o percussor ideológico do higienismo. Sua obra que dá origem a essa corrente de pensamento é “Ares, águas e lugares” considerada o primeiro tratado de climatologia médica da humanidade. (Costa, 1997, p.153)

No Brasil, essa corrente de pensamento ganhou força de atuação somente a partir de 1850 quando a cidade passou por constantes surtos epidêmicos de febre amarela¹². Nesse momento, o Ministério do Império constituiu uma Comissão Central de Saúde Pública, composta por médicos da Academia Imperial de Medicina, que tinha como objetivo organizar estratégias de combate à epidemia. Essa comissão estabeleceu rígidas medidas de controle sobre os indivíduos e a vida na cidade, sendo esse o primeiro dispositivo de esquadramento e disciplina do espaço urbano. Essa foi a primeira atuação dos higienistas que continuaram analisando e criando regulamentos sanitários para o espaço urbano, mas eram pouco utilizados. Essa situação se modifica no final do século de XIX quando o discurso de reorganização do urbano se torna mais forte e o discurso higienista se constitui em aliado para o projeto de modernização.

Esse novo ramo da medicina tinha um caráter preventivo e essencialmente urbano, isto é, “pensa em prevenção e se organiza como um dispositivo para realizá-la, a medicina situa as causas da doença não no próprio corpo doente, mas naquilo que o cerca [...] no meio ambiente.” (Benchimol, 1990, p. 115). Pensava a cidade como um corpo social e o meio natural era o maior emissor de doenças.

O higienismo brasileiro estava influenciado pela teoria dos miasmas que acreditava que a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, entre outros, eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades. Podemos constatar isso nas palavras do higienista Pires de Almeida:

[...] A temperatura, a humidade e o estado de repouso ou de movimento da atmosphera, e o regimen das chuvas, constituem os factores communs, dos quais resulta igualmente a intensidade ou a benignidade das manifestações endemicas ou epidêmicas nos lugares insalubres. (Almeida, 1887)

Outro traço característico desses pensadores que vai ao encontro do desenvolvimento do modo capitalista de pensar é a associação entre higiene e civilidade. Cid analisado por Seixas (2005, p. 2), detecta uma correlação muito nítida entre civilidade e higiene X barbárie e sujeira. Higiene e civilidade, de acordo com o contexto que estamos abordando são utilizadas como sinônimos, uma vez que a higiene era necessária para atingir o estado de civilização.

¹² Antes desse período a Câmara Municipal sempre buscava o parecer da Sociedade de Medicina (que ainda não era um órgão oficial) para ajudar a resolver os surtos epidêmicos na cidade. O movimento higienista se desenvolve no Brasil com a vida da Família Real no início do século XIX.

Escolhida para ser a impulsionadora desse novo movimento, a “higiene é definida como ciência – e não o ramo da medicina – que procura modificar as pessoas e o meio onde vivem no sentido mais favorável ao aperfeiçoamento integral daquelas”, deixando, portanto, esclarecida sua intenção racionalizadora dos hábitos da população.

Os verdadeiros cidadãos de uma cidade, ou seja, aqueles que são dotados de civilidade parecem ser assim o verdadeiro lugar da Civilização. [...] uma correlação entre os valores de limpeza, do trabalho competente, das boas maneiras e da ausência de criminalidade; enquanto, por outro lado, a sujeira, trabalho incompetente, ausência de boas maneiras e criminalidade para assim retratar a barbárie. (Cid apud Seixas, 2005,p.2)

O higienismo demonstrou ser a força ideológica capaz de transformar o urbano. Quem seria o agente capaz de por em prática esse verdadeiro “projeto civilizatório”? O Estado. A dinâmica de atuação de um Estado reflete a sociedade na qual está inserido, assim o Estado capitalista cria condições para a realização e reprodução da sociedade capitalista, como afirma Harvey (2005, p. 82) a partir de Marx: “o Executivo do Estado Moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia”.

Na passagem do século XIX para o XX, o higienismo funcionou como um instrumento de dominação de classes, pois a “classe dominante domina também como pensadora, como produtora de ideias, e regula a produção e distribuição de ideias de sua época: assim, suas ideias são as dominantes na época” (Marx e Engels apud Harvey,2005, p.81). Essas ideias precisam parecer abstratas, representantes do bem comum por isso o higienismo ao elaborar uma nova proposta de organização social, se coloca ao lado da democracia, da liberdade e da civilização, propondo-se como assessora indispensável a qualquer governo esclarecido. Podemos constatar isso na passagem abaixo:

O povo geralmente não entende o que lhe é útil, e muitas vezes é incapaz dessa inteligência. É preciso que a autoridade responsável, como mais instruída, e mais capaz desta inteligência, faça o que entender que é útil e conveniente, sem se importar com o que diz ou pensa o povo erradamente, e sem lhe dar satisfação em matéria que não pode ser juiz, e cumpre por mais do que tudo instruir e persuadir a autoridade, isto se faz com representações e propostas. (Meirelles apud Miranda, 1998, p.10)

O higienismo assim como a sociologia e a estatística foram criadas para enfrentar o fenômeno urbano, o poder científico formulou a cidade como problema ao nomear cada um de suas dificuldades – a questão da moradia, epidemias, desemprego, marginalização – ao fazer isso delimitou a cidade como objeto de pensamento, da intervenção e do controle. Reunindo no mesmo

espaço dominante e dominado, a cidade aproximou as contradições perigosas que precisavam ser controladas (Pechman, 1991, p.131).

Para tanto, o movimento higienista se organizou como poder político por acreditar que somente dessa esfera de atuação poderia impor as medidas sociais que julgavam ser necessárias. O *status* político dado aos higienistas se organizava através da polícia médica¹³, o que deixa claro a ação permanente de controle social. O médico não era apenas alguém que detinha conhecimentos, mas também quem intervinha no espaço, por meio das políticas territoriais restritivas que ajudou a formular. Segundo Machado (1978, p. 258):

Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador da doença; é destruir componentes do espaço social perigosos, porque causadores de desordem médica; é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle social.

Para os higienistas a cidade era causadora de doenças devido à desordem espacial e moral de seus habitantes, dessa forma, os médicos formularam verdadeiras teorias urbanas, refletindo sobre todos os aspectos da cidade – desde seu meio natural até os hábitos mais íntimos dos indivíduos. O trabalho de Costa (1997, p.156) demonstra isso,

No século XIX, o meio ambiente foi utilizado como elemento explicativo para o aparecimento de epidemias. As cidades são indicadas como um dos grandes focos produtores de doenças. A concentração da população em áreas urbanas, onde a sujeira, a promiscuidade e a falta de moral reinavam, foram apontadas como as grandes responsáveis pelo surgimento de epidemias. Uma política de higienização do corpo e dos indivíduos – determinação do número de banhos por mês, da lavagem das mãos, do rosto, o corte das unhas, do cabelo, o uso do leito individual, etc. – e, do corpo da cidade – determinação do alargamento de ruas, normas de construção, destruição de alojamentos insalubres, implantação de rede de água, de esgoto – são propostas e postas em ação pelo poder público.

Toda essa reflexão socioespacial está centrada na figura do homem. Ele é o responsável pela desordem urbana por não organizar espacialmente os objetos e os elementos, fazendo uma mistura corruptora dos elementos naturais e sociais. A desordem urbana atingia a saúde física e moral dos indivíduos, sendo responsável pela criminalidade, corrupção dos costumes, pela descrença religiosa enfim, pela decadência da civilização e atos de barbárie (Machado, 1978). O comprometimento da saúde moral e física dos indivíduos se tornava

¹³ Segundo Machado (1978, p.257), o termo e o conceito de polícia médica datam da segunda metade do século XVIII, sendo definido por alguns médicos como: “arte de defesa; doutrina que ensina a proteger o homem, e os animais que lhe são úteis das nocivas consequências de uma coabitação numerosa, e promover seu bem estar corporal, de modo que, sujeitos ao *míde malês*, se chegue, o mais tarde possível, a sofrer o fatal destino que nos espera.”

uma ameaça ao Estado. Era necessário, portanto, ordenar e planejar a cidade para proteger o homem dele mesmo. A partir disso,

[...] podemos dizer que a teoria e o planejamento da cidade elaborado pelos médicos do século XIX consistem no projeto de intervir em sua organização e ordená-la através do estabelecimento da relação ótima entre o meio natural e o social, e dos homens entre si, tendo como objetivo um determinado estado de equilíbrio entre os componentes físico e moral, que configura o estado de saúde como bem-estar físico, moral e social. (Machado, 1978, p. 264)

Assim, as transformações espaciais e sociais propostas pelos higienistas iam além da preocupação de melhorar as condições de salubridade da cidade. Suas ações buscavam também criar espaços de circulação diferenciados, demanda da nova ordem social que se desenvolvia. Para alcançar tal objetivo, os higienistas ‘atacaram em duas frentes’: o ambiente da cidade e seus usos causadores de moléstias, nesse aspecto nos interessa as ações em torno do lixo e sua forma de disposição final, e as habitações populares (cortiços). Como a cidade era encarada como um corpo social, Rago (1985, p.165) acredita que o papel dos higienistas era uma desodorização do espaço urbano:

A estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da cidade consiste, então em separar os corpos, designado a cada um deles um lugar específico. O esquadramento “científico” rigoroso da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casas e das ruas, interdita os contatos muito estreitos, permite exercer um controle “científico-político” do meio. [...] Esta política sanitária de descongestionamento dos corpos define a produção do espaço urbano e, ao mesmo tempo, determina a invasão da casa do pobre, impondo-lhe novos regimes sensitivos e uma outra disciplina corporal.

Era necessário desenvolver na população novas atitudes e comportamentos para que dessa forma fosse possível separar as ações e atividades que funcionavam como um entrave para as transformações da cidade. Sendo o espaço social um instrumento de manipulação, “ o espaço não seria uma representação inocente, mas vincularia as normas e valores da sociedade burguesa (...) No limite, não há mais exatamente ideologia, mas somente falsa consciência, com o discurso que ela engendra” (Lefebvre, 2008, p.47). Interessava aos agentes econômicos reforçar as características negativas da organização espacial e, dessa forma, estabelecer uma falsa consciência sobre o espaço e as relações que ali se estabeleciam.

Essa consciência do espaço e de seus problemas possibilitou a atuação do Estado. Suas ações se concentraram na separação dos usos da cidade (abordaremos especificamente a disposição final dos resíduos sólidos urbanos) e no movimento de direcionar a população de baixa renda para fora dos limites centrais da cidade. Abordaremos essas duas questões nos subitens abaixo.

2.1

O início da transformação: melhorias sanitárias e o afastamento dos resíduos sólidos urbanos da Área Central

A cidade do Rio de Janeiro até o final da segunda metade do século XIX era uma verdadeira confusão onde todos os usos se realizavam no mesmo espaço. Os corpos eram enterrados em igrejas no centro da cidade, as pessoas despejavam seus dejetos¹⁴, águas servidas¹⁵ e animais mortos em ruas, praças e estradas. A área central era cercada de resíduos, fossas, currais, matadouros, açougues, mercados de peixes e armazéns de carne e toucinhos. Fábricas, hospitais, prisões e moradias conviviam no mesmo espaço, não havendo espaços de sociabilidade, as praças eram poucas e serviam como vazadouros de imundícies. Não havia uma divisão espacial, todas as atividades compartilhavam o mesmo espaço.

Dessa forma, as condições sanitárias das habitações e da cidade eram muito precárias, propiciando que qualquer tentativa de limpeza pública esbarrasse com os problemas do despejo aleatório dos resíduos. Como não havia um local específico para que os resíduos fossem depositados, as pessoas os jogavam em toda parte. Os rios, córregos e mares eram espaços privilegiados por terem um fluxo unidirecional, traziam consigo a ideia de que eles levariam o que não é desejável para longe. No século XVIII um dos locais que mais se atirava os resíduos, principalmente os domiciliares, era em uma vala onde hoje é a Rua Uruguaiana. Popularmente conhecida como a Rua da Vala, limitava a expansão da cidade e recebia grande parte dos detritos produzidos por seus habitantes, como consequência o curso natural das águas era constantemente impedido o que provocava o transbordamento deixando toda a área imunda.

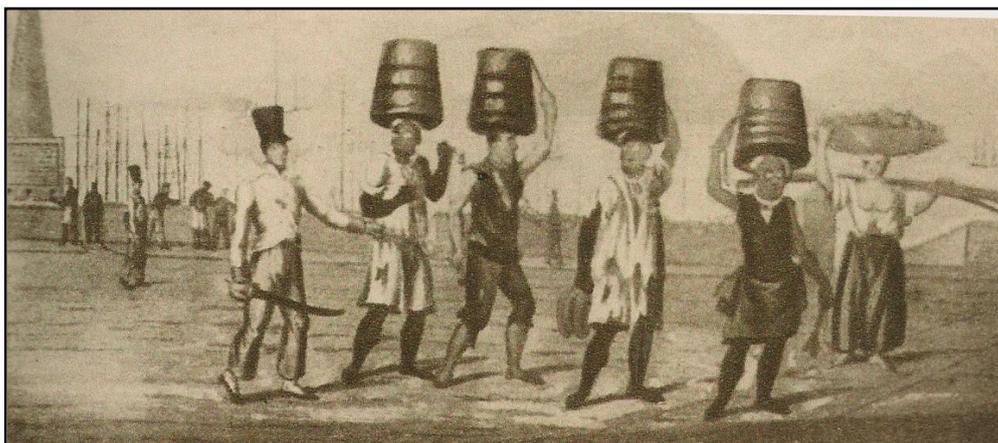
Os mangues e áreas alagadas eram também utilizados para o despejo de lixo. Os mangues eram considerados áreas perigosas por causa do cheiro que exalavam e pelas águas paradas, sendo considerado pelos higienistas como prioritários de mazelas. Durante muito tempo esses espaços receberam os resíduos, fato que marca uma relação dual, pois se por um lado podem provocar doenças, por outro foram importantes na conquista de novas áreas incorporando através do aterramento.

¹⁴Dejetos estão relacionados aos excrementos humanos. Nesse período, não havia rede de esgoto então os excrementos humanos eram colocados em barris e guardados no interior das residências até serem despejados.

¹⁵Águas servidas era o nome que se dava a água suja utilizada para a lavagem da roupa e louças.

Como ainda não havia esgoto sanitário na cidade, nem coleta dos resíduos domiciliares, esse material era depositado em barris ou vasos e guardados no interior das residências, quando cheios eram transportados durante a noite, sobre a cabeça dos escravos, para os terrenos baldios ou para o mar. Esse serviço era considerado sujo e executado por alguns escravos que ficaram conhecidos como 'Tigres'¹⁶, como demonstra a foto 1.

Foto 1 – Trabalho dos 'Negros Tigres', século



Fonte: Eigenheer (2009, p. 103)

Nas casas onde não havia utensílios para depositar os refulgos domésticos, os detritos eram atirados no pátio formando uma montoeira de resíduos e ali ficavam, ajudando a criar insetos e originando doenças, à espera de uma chuva que os levassem, depositando-os nas áreas mais baixas da cidade (Aizen & Pechman, 1985, p. 37). As ruas, as casas e, principalmente, as praias eram vazadouros naturais de lixo e excrementos. Essa situação deixava a cidade em péssimas condições e era reprovada pelos médicos higienistas. Os inúmeros viajantes e observadores da vida carioca sempre se referiam a esse quadro insalubre.

No quadro maravilhoso da natureza a cidade é um tristíssimo contraste. (...) Uma nódoa brutal na paisagem (...). A casa é feia. A rua é suja. O conjunto exaspera. Tudo conspira contra o povo infeliz. Tudo. O clima abrasador e ardente, as montanhas que os cercam e o encantonam e o sufocam, o chão úmido e verde, onde ele se assenta, o desasseio gerado pelo próprio homem (...) a mais imunda associação humana vivendo sobre as curvas dos céus. (Luis Edmundo apud Aizen & Pechman, 1985, p.30)

¹⁶ Receberem esse nome porque era frequente o rompimento dos recipientes que continha as matérias fecais, quando ele se rompia deixava manchas de imundícies no corpo dos carregadores e essas se assemelhavam às manchas de Tigres.

Aos maus hábitos da população somava-se a maior capacidade de exportação, e conseqüentemente importação, e maior poder de consumo que acarretaram no crescimento populacional e o aumento do número de prédios. Tudo isso conjugado, resultou em uma maior produção dos resíduos sólidos urbanos, quanto mais se desenvolvia a cidade, tanto mais eram os resíduos produzidos, tanto mais se tornava difícil saber o que fazer com ele.

Para agravar esse cenário, a Câmara Municipal¹⁷ durante muito tempo pouco fez para solucionar de fato o problema do despejo aleatório de resíduos, pois não existia local específico para se fazer a disposição final dos resíduos. Mediante o crescimento populacional no século XIX, duas medidas de grande importância foram tomadas para solucionar esse problema. A primeira foi a construção de pontes em algumas praias da cidade que serviriam para lançar os dejetos ao mar. Segundo Aizen & Pechman (1985,p.37), foram construídas pontes nas praias da Lapa, Santa Luzia, de D. Manuel, do Peixe, dos Mineiros, Prainha, Valongo e também na Cidade Nova, no Mangue do Aterrado. As pontes deveriam ser construídas em lugares e distâncias que facilitassem o uso e que não fosse nocivo à população, devendo ter um comprimento suficiente para que os resíduos fossem jogados além da baixa-mar. Nessas pontes os resíduos eram atirados ao mar pela própria população, pelos 'Negros Tigres' ou pelas carroças públicas e particulares que recolhiam os resíduos nas residências.

Nesse momento, ao mar era atribuída uma capacidade de limpar e levar toda a sujeira humana e as praias oferecia condições para que as exalações dos resíduos fossem mínimas. De acordo com Gomes (1996, p.18), durante o século XIX, o mar e a praia começam a ter uma conotação terapêutica e medicinal, só depois se constituindo sinônimos de entretenimento e diversão. O mar assume a qualidade de um elemento purificador, então depositar dejetos na praia ou no mar não significava emporcalhar esses ambientes.

Essa primeira ação não resolveu o problema. A população continuava a depositar seu lixo em qualquer parte ou nas praias, ao invés de atirarem pela ponte. A cidade precisava de mudanças urgentes, pois começava a atrair capitais estrangeiros à procura de novas fontes de reprodução. Esses capitais já estavam sendo empregados nos serviços públicos que aos poucos começa a modificar a estrutura da cidade.

A segunda ação, por sua vez, foi dividida em dois momentos, propiciando grandes mudanças sanitárias para a cidade. O primeiro está relacionado à

¹⁷No período histórico utilizado nesse trabalho, todas as orientações para a administração da cidade em seus múltiplos setores partiam da Câmara Municipal.

presença de capitais estrangeiros no setor público quando em 1864 a companhia inglesa *The Rio de Janeiro City Improvements* ganhou a concessão para explorar os serviços de esgotamento sanitário. Essa empresa ampliou rapidamente esse serviço pela cidade dando um novo equacionamento para as questões da limpeza pública, uma vez que resolvido o problema dos dejetos, o esgoto deixa de ser um problema para a limpeza urbana que, a partir de então, preocupava-se exclusivamente com os resíduos sólidos urbanos.

A atuação da companhia inglesa contribuiu para marcar as diferenças qualitativas entre as classes sociais no espaço urbano carioca. As habitações coletivas da zona central da cidade não recebiam o número estabelecido de latrina para atender seus moradores enquanto a companhia instalava sistema de esgoto sanitário em áreas ainda não habitadas que estavam sendo preparadas para receber residências das classes privilegiadas e fábricas. Sua atuação redirecionou a expansão urbana e teve papel ativo para a especulação fundiária e imobiliária na cidade.

O segundo momento foi a retirada do lixo da cidade. Na Câmara Municipal já estava em discussão a criação de um local distante da cidade para servir de vazadouro dos resíduos sólidos. Esse debate foi feito junto com os médicos higienistas que ficaram responsáveis por indicar um lugar distante do núcleo central, mas ao mesmo tempo de fácil acesso para a população e par ao serviço de limpeza urbana. A solução foi indicada pelo vereador e médico José Pereira Rego que propôs que os resíduos fossem depositados na ponta da Mãe Maria, na Ilha do Governador ou na Ilha de Sapucaia (Aizen & Pechman, 1985, p.46). Essas duas ilhas distantes do núcleo central foram, naquele momento, a solução para os problemas com a geração de resíduo. Além de selecionar um novo lugar, o vereador dividiu a cidade em três distritos para melhor operacionalizar a sua coleta. Essa metodologia aperfeiçoou e expandiu os serviços de coleta para todo o espaço urbanizado da cidade indo de Botafogo a São Cristóvão.

O transbordo dos resíduos para a Ilha Sapucaia aproveitou o sistema de destino final que já existia. Agora os resíduos sólidos urbanos, sem os excrementos que já eram tratados separadamente, eram levados para as pontes pelos próprios moradores, escravos, pelos carroceiros da limpeza pública ou pelos carroceiros particulares e era recolhido por saveiros e transportados com o auxílio de reboques até a Ilha de Sapucaia. Próximo às pontes também foi construído armazéns que concentravam os resíduos antes que fossem embarcados.

Finalmente, em 1865, o lixo passa a ser despejado fora da cidade. Isso não significa que a cidade tornou-se asseada de um dia para o outro, porque as antigas práticas de se desfazer dos resíduos em qualquer lugar continuaram e só houve modificações com a racionalização dos hábitos e da vida da população impostas no final do século XIX e início do XX, com o apogeu do projeto modernista. Mas esse momento significou a vitória da pressão do setor imobiliário de tornar a cidade mais aprazível para os negócios e comércio, pois “muito do que ocorre na cidade (particularmente na área política) pode ser interpretado como tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda¹⁸” (Harvey,1980,p.46). Dessa forma, a elite política e econômica da cidade usufruiu do afastamento do lixo da área central aproximando-o das áreas mais carentes de infraestrutura e ocupada por população de baixa renda expondo essas pessoas a efeitos externos negativos que irão influenciar em sua renda e qualidade de vida. Essa dinâmica de afastar o lixo para áreas mais carentes permanece até os dias atuais.

Expulsar o lixo da cidade era uma atividade que dependia somente do esforço da Câmara Municipal e da instalação de alguma estrutura física. As consequências dos territórios do lixo criados nos subúrbios e periferias veremos no próximo capítulo. A tarefa mais difícil para o projeto de transformação da cidade e de seus habitantes foi a separação das classes sociais que ocorreu de forma gradativa a partir da ampliação dos transportes de massa.

2.2

A era das melhorias urbanas e a segregação das classes populares

No período de transição do século XIX para o XX as condições de vida na cidade eram muito degradantes, a população residente saltou de 522.651 habitantes em 1890 para 805.335 em 1906. Os fatores relacionados a esse crescimento foi o esgotamento da atividade escravista, o declínio das atividades cafeeiras na província do Rio de Janeiro e o grande fluxo de imigrantes (Abreu, 2006).Essa efervescência de pessoas comprometia os planos da elite governamental, pois aumentava a insegurança pessoal por causa dos casos de roubo, assaltos, prostituição, mendicância e alcoolismo. A área central era

¹⁸ Harvey (1980, p.41-42) utiliza o conceito de renda de forma mais abrangente que engloba desde a soma dos rendimentos recebidos até a acessibilidade e proximidade dos recursos urbanos e do emprego que afetarão direta e indiretamente o valor dos imóveis.

dominada por essa população que vivia espalhada pelos becos e ruelas da cidade que escapava facilmente das apreensões policiais (Sevcenko, 1984).

O grande crescimento populacional aumentou a pressão por habitações, mas a cidade se desenvolvia de forma a promover a reprodução ampliada do capital estrangeiro e nacional que estava sendo aplicado em imóveis e infraestrutura, não existindo interesse em investir na produção de habitações populares.

Com a falta de habitações populares e os altos aluguéis a população trabalhadora tinha como única forma de moradia as habitações coletivas, em especial os cortiços. A enorme pressão por habitação levou os donos de casarões coloniais, localizados na região central da cidade a dividi-los internamente em pequenos quartos que eram alugados por famílias inteiras. A escuridão e a umidade das habitações, o uso comunitário de latrinas, o odor exalado pelos resíduos acumulados, o convívio entre pessoas e animais no mesmo espaço assustavam os inspetores de higiene. Como não havia alternativa de moradia para a classe trabalhadora, os cortiços continuavam crescendo. Rago (1985, p.166), indica que em 1869 existiam cerca de 649 cortiços com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas; e em 1888, o número de cortiços elevou-se para 1.331 com 18.966 quartos habitados por 46.680 pessoas. Diante desse quadro, os higienistas iniciaram uma verdadeira campanha em prol da extinção dos cortiços, conforme descreve Lima (1886, s/p):

Cumprido, entretanto, não protelar por mais tempo a realização da cruzada quem em boa hora se levanta contra essa terrível praga denominada cortiços – que ostensiva e disfarçadamente infesta ainda essa cidade. Ninguém desconhece ou ignora o que são estes aquartelamentos infectos, que, si pela aglomeração de gente merecem aquella designação, pela qualidade heterogênea de sua população e de seus freqüentadores, pela desordem habitual que ahi reina ao lado da immundicie e mais patente, são um protesto solene contra aquelle ajuntamento activo e trabalhador, exemplo de asseio, ordem e disciplina representados pelas abelhas.

Essa “cruzada” para a destruição das habitações populares fazia parte da política sanitária de purificação da cidade. Os intelectuais-médicos analisavam a realidade, faziam seu diagnóstico e percebiam-se como autoridades competentes para vistoriar as habitações e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoridade à execução de medidas higiênicas. Segundo Rago (1985), intervinham no privado com o intuito de tornar a casa um espaço confortável afastado dos perigos, mas também, tinham a intenção de demarcar os diferentes espaços de circulação dos grupos sociais.

Essas habitações eram consideradas pelos higienistas “viveiros de mosquitos”, uma terrível praga que assolava a cidade. O controle sobre o pobre e a habitação popular se baseava na crença de que eles eram portadores de epidemias, sujos e precisavam ser desodorizados. A vida miserável, a falta de hábitos e imundície de sua casa serviam como justificativa para acabar com os cortiços e confinar os pobres, impedindo-os de circular livremente pelo território urbano. Ações definitivas de segregação espacial ocorreram, principalmente, após a Reforma Passos.

O discurso higienista é ambíguo e se desenvolveu com uma dupla face. Foi sustentado pelos urbanistas progressistas, que buscavam uma cidade sadia e justa. E apropriado por políticos, agentes imobiliário e capitalistas de uma forma geral que utilizou-o para justificar grandes intervenções urbanas e excluir a população mais pobre das benéficas do progresso e da modernidade (Costa, 1997, p.157).

A década seguinte das melhorias sanitárias, de 1870 até 1902, foi um período de grandes transformações espaciais e de expansão da malha urbana, que possibilitaram a separação das classes sociais. Esses foram os primeiros passos para a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade capitalista e etapa inicial para a reprodução do capital. A expansão da cidade se realizou em dois eixos bem distintos, conforme nos aponta Abreu (1987a, p.3):

[...] no decorrer do XIX, são lançados no espaço elementos que possibilitam, dentre eles a separação, gradual a princípio e acelerada depois, dos usos e das classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial. Esta separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde puxado a burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituem-se nos grande impulsionadores do crescimento físico da cidade. Um crescimento agora qualitativamente diferente, já que os usos e as classes nobres tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos sujos e as classes menos privilegiadas.

As classes abastadas iniciaram um movimento de distanciamento do centro congestionado e insalubre, seguindo em direção às áreas que já estavam sendo ocupadas desde 1854, como os bairros da Glória, Catete, Laranjeiras e Botafogo. Esse deslocamento foi possível com a instalação de linhas de bondes que começaram a servir essas áreas com o objetivo de impulsionar a ocupação, permitindo o êxodo cada vez maior daqueles que podiam arcar com os custos de morar fora da Área Central.

Os bondes que eram a expressão do desenvolvimento técnico da modernidade atenderam não somente a uma demanda de moradia que já existia como também teve um papel indutor na acumulação de capital. Nessa área, o

capital nacional proveniente da economia cafeeira e do comércio passou a ser investido na aquisição de imóveis e o capital estrangeiro se multiplicava com a implantação de infraestrutura. Nesse momento, a maioria das empresas de serviços públicos como luz elétrica, esgoto e serviço de bondes e trens eram de capitais privados estrangeiros que expandiam sua atuação de forma diferenciada no espaço, dotando as áreas servidas por bondes de mais infraestrutura em detrimento das áreas servidas pelos trens (Abreu, 1987a). O espaço urbano carioca é modificado para torna-se mercadoria fundamental de acumulação, reforçando o papel político e ideológico do espaço que,

É uma representação literalmente povoada de ideologia (...) esse espaço que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comprada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Esse se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. (Lefebvre, 2008,p.62)

Para a produção dessa mercadoria foi construída uma ideologia em torno de um novo estilo de vida. No momento da expansão das linhas de bonde se deslocar para a zona sul era muito mais que encontrar um novo lugar para morar, era fazer parte de um estilo de vida moderno que estava sendo vinculado à moradia à beira mar. Essas ideias foram divulgadas através de campanhas publicitárias feitas pelas companhias imobiliárias e de transporte com o intuito de aumentar a venda de imóveis na região.

O outro eixo de expansão urbana foi responsável pela ocupação das freguesias rurais que se transformaram em freguesias urbanas. Os primeiros trechos da Estação de Ferro Dom Pedro II, futura Central do Brasil, ligando o núcleo central ao subúrbio foi construído em 1859, mas somente a partir de 1870 que o subúrbio começa a ser de fato ocupado. O efeito espacial da abertura das linhas de trens não se fez sentir da mesma forma que a expansão dos bondes. Desta forma, a ocupação dos subúrbios antes do século XX deve ser analisada de forma relativa. Mesmo após a abertura da malha ferroviária para o subúrbio o número de habitantes nas freguesias centrais não diminuiu. Para a maior parte dos trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente e com muita concorrência com os imigrantes. Para a população ativa constituída de vendedores ambulantes e de prestadores de serviços, o trabalho só existia em decorrência das demandas advindas da aglomeração de pessoas e de atividades econômicas e isso ocorria

quase que exclusivamente no núcleo da cidade, portanto essa população não poderia abrir mão dessa localização.

Para as classes mais pobres a acessibilidade é um fator muito importante e morar no subúrbio, nesse momento, significava pagar um preço muito alto em termos materiais e em termos psicológicos. Os trens eram lotados e as viagens demoradas, o preço da passagem era alto e nem todos podiam arcar com ele, os serviços de infraestrutura como luz, esgoto e coleta de lixo eram escassos e precários.

Acessibilidade a oportunidades de emprego, recursos e serviços de bem-estar pode ser obtida somente por um preço, e esse preço é, geralmente, igualado aos custos de superar distancias, de usar o tempo, etc. Mas, não é fácil medir o preço que as pessoas pagam [...] o preço social que as pessoas são forçadas a pagar, para ter acesso a certas facilidades, é algo que poderia variar desde o simples custo direto envolvido no transporte até o preço emocional e psicológico imposto a um individuo que tem resistência intensa a fazer alguma coisa. (Harvey, 1980, p. 45)

A obra de Abreu (1987b) sobre a construção do espaço suburbano traz uma série de reclamações da população sobre os problemas do subúrbio. Esses foram os motivos que ainda mantiveram muitas pessoas nas freguesias urbanas e que elevou o crescimento dos cortiços mesmo após a expansão das linhas férreas. A área suburbana foi intensamente ocupada pós Reforma Passos e suas políticas restritivas.

A primeira década do século XX foi de grandes modificações motivadas pela necessidade de adequar as formas e as funções urbanas aos ideais de concentração e acumulação capitalistas que já se desenvolviam na cidade. Esta reforma só foi possível com uma modificação do papel do Estado que sempre atuara de forma indireta limitando-se a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam da esfera privada. A partir desse momento, passa a intervir de forma direta no espaço atuando, inclusive, na valorização de áreas e na segregação socioespacial (Almeida, 2009).

Essa reforma provocou uma grande transformação na cidade. Ruas, prédios e quarteirões inteiros desapareceram em curto período de tempo com objetivo de transformar a cidade, fazendo com que ela expressasse os valores modernos da elite econômica e política do país. Quem comandou essa transformação foi o prefeito do Distrito Federal Francisco Pereira Passos que teve apoio integral do presidente Rodrigues Alves que na época tinha pleno apoio da oligarquia cafeeira.

As interferências espaciais, desse momento, foram divididas em três “frentes de trabalho” que atuaram nos pontos mais problemáticos da cidade. A

primeira foi a modernização do porto, a segunda consistiu na reforma urbana e saneamento da capital, e, por fim, a terceira diz respeito ao combate às epidemias. A reforma urbana foi recebida com entusiasmo pela imprensa conservadora, que a denominou de 'a Regeneração', e assim é descrita por Sevcenko a partir do trabalho de Carone (1984, p.46):

A expressão "regeneração" por si só é esclarecedora do espírito que presidiu a montagem da nova estrutura urbana. O novo cenário exigia novos figurinos. As autoridades passam a zelar pela implantação do processo e da civilização perseguindo desde cães vadios até cidadãos que não vestiam paletó.

A reforma serviu como a maior força segregadora que já havia atingido a cidade. A classe burguesa viu seus imóveis valorizados, os bancos lucraram com o Estado no financiamento das desapropriações e obras, e o grande capital lucrou adquirindo terrenos nas áreas valorizadas e prestando serviços para o Estado. Já a população pobre e trabalhadora ficou sem moradia por causa da destruição dos cortiços, os alugueis na área central ficaram altíssimos devido à lei da oferta e da procura e dos novos impostos e algumas atividades como venda de bilhetes de loteria e vendedores ambulantes foram proibidas na cidade. As mudanças na forma espacial e nos processos sociais atingiram diretamente a renda dos indivíduos. Foi uma verdadeira 'regeneração' da Capital que atingiu profundamente a população trabalhadora:

[...] As vítimas são fáceis de identificar toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam a massa de trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie que povoam a cidade. A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences pessoais, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura enfim, tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, moral, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. (Sevcenko, 1984, p.43)

Dessa forma, os interesses hegemônicos sobre o espaço triunfaram e a 'regeneração' urbana tão cobrada pelos higienistas é finalmente alcançada. A cidade foi dividida entre bairros burgueses e bairros proletários. Não de uma forma homogênea, pois parte da população que não tinha nenhuma condição de se deslocar para os subúrbios passaram a habitar os morros da Zona Sul e da área central dando origem as favelas.

Mesmo com as dificuldades de moradia no subúrbio parte da população pobre foi aí alojada e sua ocupação foi crescente. Nesses espaços que são o resultado da segregação espacial a população é obrigada a conviver com a falta de saneamento, transporte precário, falta de escolas, má distribuição da água

encanada, poluição do ar e do solo pela ação de empresas, odores e insetos proveniente de valas a céu aberto e vazadouros de resíduos sólidos urbanos.

Esses espaços que são o resultado da injustiça social também são interpretados como espaços de injustiça ambiental. Este conceito está relacionado ao mecanismo de desigualdade sobre as tomadas de decisões que acabam fazendo com que a maior carga dos danos ambientais recaia sobre as áreas de moradia da população de baixa renda e grupos sociais discriminados (Selene, 2002).

Este conceito foi trazido para o Brasil por um grupo de pensadores que queriam se contrapor ao pensamento ambientalista conservador que não considera a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. Argumentam que os agudos problemas com as desigualdades sociais ocultam a exposição desigual aos danos ambientais e que este conceito contribui para que a relação de proximidade espacial das áreas pobres e dos danos ambientais ganhe maior visibilidade.

É a alocação espacial desigual de equipamentos urbanos que afeta diretamente o ambiente e faz recair sobre a população de baixa renda os efeitos negativos de alguns empreendimentos afetando sua vida e tornando sua situação social ainda mais grave. Entendemos que os efeitos negativos sobre o ambiente, causado por alguns empreendimentos, é o resultado da injustiça social, pois a preocupação em não atingir a população de baixa renda é muito pequena.

Entendemos que ambos os conceitos – segregação espacial e injustiça ambiental – retratam a mesma problemática. Comprovaremos essa afirmação a partir da análise do processo de criação dos territórios do lixo nos subúrbios e periferias do Rio de Janeiro. Foram justamente as áreas ocupadas pela população de baixa renda e por indústrias que passaram a receber os resíduos sólidos urbanos produzidos na cidade do Rio de Janeiro.